

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO –
FASF**

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ROGÉRIO RESENDE BARCELOS

**AUDITORIA INTERNA COMO SUPORTE PARA TOMADA DE DECISÕES: um
estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito localizada em uma cidade da região
Centro Oeste de Minas Gerais.**

LUZ – MG

2019

ROGÉRIO RESENDE BARCELOS

AUDITORIA INTERNA COMO SUPORTE PARA TOMADA DE DECISÕES: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito localizada em uma cidade da região do Centro Oeste de Minas Gerais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial para obtenção do título em bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Auditoria Contábil

Professor Orientador: Nathan Carvalho Alves

LUZ – MG

2019

Catálogo: Antônio Jorge Resende Júnior / Biblio. Crb 6/2041

Barcelos, Rogério Resende.

B218a Auditoria interna como suporte para tomada de decisões: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito localizada em uma cidade da região Centro Oeste de Minas Gerais. Rogério Resende Barcelos. Luz – MG: FASF -- 2019.
63 f.

Orientador: Prof^o. Esp. Nathan Alves Carvalho

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Auditoria Interna. 2. Tomada de decisões. 3. Cooperativa de Crédito. I. Título.

CDD 657

ROGÉRIO RESENDE BARCELOS

AUDITORIA INTERNA COMO SUPORTE PARA TOMADA DE DECISÕES: um estudo de caso em uma Cooperativa de Crédito localizada em uma cidade da região Centro Oeste de Minas Gerais.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial para obtenção do título em bacharel em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Esp. Nathan Carvalho Alves

Prof. Esp. Lindomar Ribeiro dos Santos

Esp. Aline Xavier Silva

Luz, 08 de novembro de 2019

RESUMO

A auditoria interna, em razão da grande diversificação das atividades que compõem os processos de uma entidade, torna-se muito importante. Preocupando-se inclusive com a parte operacional, abrangendo não somente os relatórios e controles contábeis, como também os controles internos. Tornando-se assim, de grande importância para a administração. Em um mercado cada vez mais competitivo, torna-se indispensável, para as grandes e médias empresas, um departamento que assegure a garantia de controle de 100% do patrimônio e atividades, ou seja, um departamento de “auditoria interna”. O presente estudo enfoca também como o auditor pode auxiliar e nortear a empresa diante das tomadas de decisões. Buscando demonstrar através de um estudo de caso, como um controle interno adequado e eficiente pode levar uma empresa a uma boa gestão de seus negócios, baseando se na tomada de decisão e tendo como base a auditoria interna. Evidencia se então a relevância deste tema. Mais especificamente, trata do estudo sobre conceito de Auditoria, com ênfase na Auditoria Interna Como Suporte Para Tomada De Decisões. No qual estará centrada a abordagem principal desta tese além, da diferenciação entre auditoria interna e externa, e da importância de um auditor em analisar os registros da empresa onde deverá obter um resultado confiável e preciso para redução de fraudes e erros administrativos e alavancar o crescimento da empresa auditada.

Palavras-chave: Auditoria. Auditoria Interna. Tomada de decisão

ABSTRACT

Internal audit, due to the great diversification of the activities that make up the processes of an entity, becomes very important. Concerning even the operational part, covering not only the accounting reports and controls, but also the internal controls. Thus becoming of great importance to the administration. In an increasingly competitive market, a department that ensures 100% control of assets and activities, that is, an “internal audit” department is indispensable for large and medium-sized companies. This study also focuses on how the auditor can assist and guide the company in making decisions. Seeking to demonstrate through a case study, how proper and efficient internal control can lead a company to good management of its business, based on decision-making and based on internal audit. It is evident then the relevance of this theme. More specifically, it deals with the concept study on Auditing. With emphasis on Internal Auditing as a Support for Decision Making. This will focus on the main approach of this thesis, as well as the differentiation between internal and external audit, and the importance of an auditor in analyzing company records, where they should obtain a reliable and accurate result to reduce fraud and administrative errors and leverage growth. Of the audited company.

Keywords: Audit. Internal Audit. Decision Making

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração de Resultado do Exercício
IES	Instituições de Educação Superior
FGCoop	Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PCGA	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos
PL	Patrimônio Líquido
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de pesquisa.....	44
--------------------------------------------	-----------

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Pesquisa bibliométrica referente à palavra-chave “Auditoria Interna” no período de 2016 a 2018.....	14
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Balanço Patrimonial.....	19
Quadro 2 – Demonstração de Resultado do Exercício.....	21
Quadro 3 – Modelo de DFC pelo método direto.....	22
Quadro 4 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	23
Quadro 5 - Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito.....	37
Quadro 6 - Perfil dos respondentes.....	46
Quadro 7 - Frequência do uso de relatórios da auditoria para a gestão da cooperativa.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	13
1.2 Problema e hipótese	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
2 REFERENCIAL TEORICO	17
2.1 Contabilidade.....	17
2.2 Demonstrações Contábeis.....	17
2.2.1 Balanço Patrimonial.....	18
2.2.2 Demonstração de Resultado do Exercício	20
2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa	21
2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	23
2.3 Desenvolvimento Histórico da auditoria	24
2.3.1 Auditoria.....	25
2.3.2 Vantagens ou benefícios da auditoria	26
2.3.3 Fraudes e erros na auditoria	27
2.4 Tipos de auditoria e suas diferenças	27
2.5 Auditoria interna.....	29
2.5.1 Objetivo da função de auditoria interna.....	30
2.5.2 Normas e procedimentos da auditoria interna.....	31
2.5.3 Teste de observância e seu objetivo	31
2.5.4 Testes substantivos e seu objetivo.....	32
2.5.5 Relatórios da Auditoria Interna.....	33
2.6 Auditoria Externa	33
2.7 Controle interno	34
2.7.1 Objetivos do controle interno	35
2.7.2 A importância do controle interno	36
2.8 Sistema de Cooperativa de Crédito	37
2.9 Síntese do referencial teórico	39
3 METODOLOGIA	40
3.1 Sob o ponto de vista da abordagem	40
3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos.....	40
3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos	41

3.4	Unidade de análise.....	42
3.5	Instrumento de coleta de dados.....	42
3.6	Tratamento de dados	43
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
4.1	Análise do perfil dos respondentes	46
4.2	Análise das perguntas das entrevistas	47
4.3	Síntese dos resultados e discussão.....	54
5	CONCLUSÃO.....	55
6	REFERÊNCIAS.....	57
7	APÊNDICES.....	61

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto empresarial, grandes empresas buscam constantemente meios informacionais que possibilitem resultados confiáveis em suas tomadas de decisão, de modo a aumentar a competitividade de suas atividades, satisfazendo as expectativas de seus clientes e acionistas. Assim a auditoria se mostra uma ferramenta essencial para tomar decisões de forma confiável.

Segundo Attie (2018) a auditoria é uma especialização contábil voltada para a verificação da eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado.

Nesse sentido, a auditoria mostra sua importância para o bom desempenho de qualquer entidade, através de normas e técnicas que foram sendo desenvolvidas e elaboradas em princípios éticos.

Auditoria pode ser classificada como uma forma de intervenção interna ou externa. Nesse estudo é abordado as duas classificações, mas com o foco na auditoria interna, por estar mais próxima à administração e ser mais participativa no auxílio para tomada de decisão.

De forma sintética, auditoria interna tem como objetivo o levantamento de procedimentos e rotinas dentro de uma entidade. A atividade de auditoria interna baseia-se nas áreas chaves das empresas, assim evitando supostas fraudes, subornos e desfalques através de testes de auditoria que são aplicados pelo profissional da contabilidade. Desta forma o contador agrega confiabilidade e credibilidade no seu parecer sobre a situação econômica e financeira da organização.

A auditoria interna é um processo onde o auditor certifica a veracidade nas informações contida nas atividades das organizações e para que seja feito um trabalho com excelência o auditor precisa que haja o apoio da administração e dos executivos. Ela avalia de forma independente, dentro da empresa, controles contábeis, financeiros e outros, com o propósito de auxiliar a administração.

As demonstrações contábeis são importantes para esse processo de tomada de decisões na empresa, pois elas demonstram a “vida” da empresa e seus resultados (lucro ou prejuízo) e assim são utilizadas para que se possa tomar a melhor decisão dentro da empresa, sobre o que fazer para melhorar a situação e alavancar seus resultados pois através delas consegue-se enxergar pontos que não estão sendo satisfatórios para a empresa.

Devido a sua grande importância, na obtenção da otimização de resultados, o setor de auditoria não é um custo para a empresa, pelo contrário, ela acaba sendo um investimento pois,

contribui para elevar a confiabilidade nas informações para que assegure a qualidade dos serviços.

Em vista do tema abordado, este estudo procura demonstrar a importância da auditoria interna com base na opinião de diferentes autores e particularmente, com base num conjunto de dados consultados, junto de uma cooperativa de crédito.

A abordagem teórico-conceitual será elaborada com base nos estudos de autores: Moura e Ramos (2017) sobre auditoria; Crepaldi e Crepaldi (2016) sobre auditoria interna e seus objetivos; e Attie (2018) referente ao controle interno.

A abordagem teórico-metodológica será elaborada mediante abordagem quantitativa e qualitativa, sendo pesquisa exploratória, explicativa e um estudo de caso.

1.1 Justificativa

No contexto atual, o movimento da economia mundial vem modificando os fatores determinantes da competitividade. Além disso, a busca por novos clientes está a cada dia mais acirrada, e cada vez mais surge novas empresas de sucesso, tornando obsoletas aquelas incapazes de se adaptar a este novo ambiente.

A auditoria passou a fazer parte das organizações modernas, sendo assim a auditoria deve ser implantada de forma a minimizar riscos e promover melhorias contínuas nas organizações.

Cada vez mais a auditoria se torna importante na vida das empresas atuando na prevenção de problemas, auxiliando a administração, agregando valores aos negócios, otimizando os resultados e assegurando que as atividades sejam mantidas.

Os auditores internos podem estar numa situação única para ajudar as suas empresas a eliminar desperdícios, simplificar tarefas e reduzir custos, avaliar as políticas, planos, procedimentos e normas legais em vigor e detectar os desvios de sua aplicação pela organização.

Foi realizado uma pesquisa bibliométrica para demonstrar a importância do tema sob o ponto de vista acadêmico, presentes em estudos de Mestrado e Doutorado desenvolvidos em cinco Instituições de Educação Superior (IES) no período de 2016 a 2018.

TABELA 1 – Pesquisa Bibliométrica referente à palavra-chave “Auditoria Interna” no período de 2016 a 2018.

Bibliometria da palavra-chave "Auditoria Interna", período (2016-2018).									
IES	2016		2017		2018		TOTAL		
	M	D	M	D	M	D	M	D	TOTAL GERAL
UFG	1	1	1	1	0	0	2	2	4
UFBA	1	0	5	0	4	0	9	0	9
UFG	1	1	1	1	0	0	2	2	4
USP	2	2	0	0	2	0	4	2	6
UNISINOS	2	1	1	0	0	0	3	1	4
Total	7	5	8	2	6	0	21	7	28

Fonte: Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT Oasis BR).

M= Mestrado; D= Doutorado.

De acordo com a **Tabela 1**, verifica-se que existem trabalhos sobre o tema Auditoria Interna nas universidades pesquisadas, totalizando 28 trabalhos nos três anos, com 21 pesquisas em Mestrado e 7 em Doutorado, assim demonstrando a importância do tema para a contabilidade e indicando ser relevante a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

No que se refere a contribuições para o pesquisador, essa abordagem sobre a Auditoria Interna teve um enorme significado e relevância no âmbito acadêmico, enriquecendo o seu conhecimento sobre o tema.

1.2 Problema e hipótese

Para que a empresa tenha uma boa gestão dos seus negócios tomando decisões que aumente seus ganhos e que ajude a minimizar erros, é necessário ter um controle interno adequado e eficiente. Assim o pesquisador através de estudos visualizou a oportunidade de demonstrar como o auditor interno pode auxiliar e nortear a empresa diante das tomadas de decisões.

Percebe-se que no cenário atual, muitas empresas tem dificuldade para se manter no mercado pelo simples fato de não possuir um controle adequado sobre seus negócios, devido essa falta de acompanhamento a auditoria interna se mostra como um auxílio de muita importância para se ter um controle adequado e eficiente para a empresa.

Segundo Crepaldi (2016) a auditoria interna é facultativa, em função de previsão estatutária, funcionando como instrumento de apoio à gestão e objetivando verificar se o

controle interno está em efetivo funcionamento, proferindo o auditor, quando cabível, sugestão para melhora de tais controles internos ou implantação de controles, caso não existam.

Diante deste contexto a pergunta problema é:

De que forma a auditoria interna contribui para a tomada de decisões gerenciais na empresa?

Uma possível resposta para a questão problema é que com o auditor interno a empresa terá um plano de ação para auxiliar a organização a alcançar seus objetivos, com a melhoria da eficácia no gerenciamento de riscos objetivando sempre adicionar valor e melhorar as operações e resultados da organização.

1.3 Objetivos

Através do presente estudo busca-se atingir objetivos gerais e específicos com o intuito de responder a questão levantada no presente trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é evidenciar a importância da utilização da auditoria interna para o auxílio no processo de tomada de decisões em uma cooperativa de crédito localizada na região Centro Oeste de Minas Gerais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar conceitos sobre auditoria.
- Verificar quais as vantagens de possuir uma auditoria interna dentro da empresa.
- Descrever como a Auditoria Interna impacta no processo decisório da organização e as mudanças que ela proporciona à empresa.

A presente pesquisa será estruturada em sete partes, que são: Parte 1: Introdução e suas subdivisões; Parte 2: Referencial Teórico, onde serão abordados os principais pontos que são: Auditoria Interna e seus objetivos, tipos de auditoria, Controles Internos, dentre outros; Parte 3: Metodologia, que relata os métodos utilizados pelo pesquisador para a realização da pesquisa; Parte 4: Resultado e Discussão, onde apresenta os resultados de forma detalhada do estudo;

Parte 5: Conclusão, síntese final do estudo; seguida das Referências utilizadas no corpo deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEORICO

Neste capítulo são apresentadas considerações sobre auditoria com um maior enfoque na Auditoria Interna, seus objetivos, sua importância e necessidade para a empresa. Como também estão evidenciados os Controles Internos e seus objetivos.

2.1 Contabilidade

Para Cardoso, Szuster, Szuster e Szuster (2010) a contabilidade é a ciência social que tem por objetivo medir, para poder informar, os aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de qualquer entidade. Constitui um instrumento para gestão e controle das entidades. A Contabilidade é o processo cujas metas são registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras.

De acordo com Marion (2009) a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa. Ela existe para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são registradas pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados em conhecer a situação da empresa.

Ribeiro (2018) defende que a contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações. Para compreender o conceito de contabilidade, é preciso saber o que é patrimônio e o que é entidade. Patrimônio é o conjunto de elementos necessários à existência da entidade, compreendendo os objetos de uso (computadores, mesas, armários, cadeiras etc.), de troca (mercadorias) e de consumo (material de escritório); os valores que a entidade tem para receber bem como para pagar.

A contabilidade controla o patrimônio da empresa, para que isso seja possível ela usa de demonstrações contábeis que são utilizadas para ter um panorama exato sobre a vida da empresa, tema abordado no próximo tópico.

2.2 Demonstrações Contábeis

De acordo com Iudícibus (2010), demonstração contábil é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período.

Segundo Blatt (2001) as demonstrações contábeis de uma empresa representam o panorama mais exato de sua situação econômico-financeira.

Lins e Filho (2012) afirmam que, a análise das demonstrações contábeis assume importância fundamental no processo decisório, constituindo-se um relevante instrumento de avaliação de desempenho, oferecendo indicadores das perspectivas econômicas e financeiras da empresa. Assim, ela pode ser composta em duas fases distintas: uma, de natureza retrospectiva, e outra, de natureza projetiva. A primeira fornece o feedback necessário ao exame da eficácia das decisões tomadas no passado e da eficiência com que elas foram executadas. A segunda permite a criação de cenários e a formação de expectativas associadas ao desempenho econômico e financeiro no futuro, sinalizando os possíveis riscos aos quais a empresa possa se encontrar submetida.

Para Braga (2009) as demonstrações contábeis devem ser preparadas e apresentadas para usuários externos de uma maneira geral visando suas finalidades distintas e necessidades diversas. Se o foco for elaborar demonstrações que forneçam informações úteis na tomada de decisões e avaliações para usuários em geral sem atender a finalidades e necessidades específicas, uma vez que a maioria as utiliza para tomada de decisões econômicas, as demonstrações devem ser elaboradas segundo a Estrutura Conceitual.

As demonstrações contábeis demonstram a vida da empresa em determinado período, ela tem como principal demonstração o Balanço Patrimonial que mostra sua posição patrimonial e financeira. No próximo tópico será abordado o tema Balanço Patrimonial.

2.2.1 Balanço Patrimonial

De acordo com (Assaf Neto, 2015) o balanço patrimonial apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentará relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa (Assaf Neto, 2015). A seguir o esquema de como é estruturado o balanço patrimonial.

Quadro 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO E PL
Circulante (até 365 dias)	Circulante (até 365 dias)
Caixa	Contas a pagar
Estoques	Dívidas de curto prazo
Contas a receber	
	Não circulante (após 365 dias)
Não circulante (após 365 dias)	Dividas de longo prazo
Imobilizado	
Intangível	Patrimônio Líquido
Investimentos de longo prazo	Capital
	Lucros Acumulados

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A peça contábil por excelência, e de muita importância, é o balanço patrimonial. Sua função básica é evidenciar o conjunto patrimonial de uma entidade, classificando-o em bens e direitos, evidenciados no ativo, e em obrigações e valor patrimonial dos donos e acionistas, evidenciados no passivo. O ativo evidencia os elementos patrimoniais positivos, enquanto o passivo evidencia dois elementos até antagônicos: mostra, em primeiro lugar, as dívidas da empresa, consideradas elementos patrimoniais negativos e, em segundo lugar, complementando a equação contábil, o valor da riqueza dos acionistas, evidenciada na figura do patrimônio líquido (Padoveze e Benedicto, 2011).

Segundo (Blatt, 2001) o balanço patrimonial é o saldo acumulado, em uma determinada data, das movimentações econômicas e financeiras havidas em uma empresa, desde sua constituição. A forma mais correta de interpretar um balanço, dado que ele é feito em uma determinada data, está em observá-lo como a foto da empresa naquele instante. Na prática, isso

representa saber qual o estoque, volume de clientes, empréstimos bancários entre tantos itens, naquela data.

Como afirma (Iudícibus, 2010) o balanço patrimonial reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. O balanço patrimonial é constituído de duas colunas: a coluna do lado direito é denominada Passivo e Patrimônio Líquido. A coluna do lado esquerdo é denominada ativo. Atribui-se o lado esquerdo ao Ativo e o direito ao Passivo e Patrimônio Líquido por mera convenção.

O Balanço Patrimonial é um dos relatórios contábeis obrigatórios, ele apresenta a situação patrimonial da empresa em um determinado momento, geralmente o final do exercício. Marion (2009) defende que entre os relatórios gerados pela Contabilidade, o Balanço Patrimonial é o mais importante.

O balanço patrimonial evidencia em geral a situação que a empresa se encontra, também existem outras demonstrações mais específicas como por exemplo a Demonstração de Resultado do Exercício que mostra o lucro ou prejuízo da empresa, esse tema será abordado no próximo tópico.

2.2.2 Demonstração de Resultado do Exercício

Segundo (Assaf Neto, 2015) a demonstração de resultados do exercício (DRE) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência.

De acordo com (Blatt, 2001) a demonstração de resultado do exercício mede os resultados líquidos das operações da empresa em um período específico de tempo tal como um mês, semestre ou ano. A demonstração de resultado do exercício é elaborada em regime de competência, o que significa que é feita de forma à casar os rendimentos da empresa obtidos das operações do período com as despesas incorridas para gerar estes rendimentos.

Segundo (Iudícibus, 2010) a demonstração de resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo). O quadro a seguir mostra como é elaborada a demonstração de resultado

Quadro 2 – Demonstração de Resultado do Exercício

DRE
<p>Receita Bruta</p> <p>(-) Deduções e abatimentos</p> <p>(=) Receita Líquida</p> <p>(-) CPV (Custo de produtos vendidos) ou CMV (Custos de mercadorias vendidas)</p> <p>(=) Lucro Bruto</p> <p>(-) Despesas com Vendas</p> <p>(-) Despesas Administrativas</p> <p>(-) Despesas Financeiras</p> <p>(=) Resultado Antes IRPJ CSLL</p> <p>(-) Provisões IRPJ E CSLL</p> <p>(=) Resultado Líquido.</p> <p style="text-align: center;">Sentido vertical</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A Demonstração de Resultado do Exercício é composta por contas de resultado e também por contas patrimoniais. As contas de resultado que integram a DRE são todas aquelas que representam as despesas, os custos e as receitas. Contas Patrimoniais são aquelas representativas das deduções e das participações no resultado.

A DRE demonstra o lucro ou prejuízo da empresa, através de suas receitas, despesas e custos, no próximo tópico será abordado o tema Demonstração do Fluxo de Caixa.

2.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

De acordo com Schmidt (2006) a Demonstração do Fluxo de Caixa fornece a compreensão das atividades de investimento e financiamento de uma entidade. A DFC auxilia os investidores e os credores a avaliar: a capacidade de geração de fluxos futuros de caixa positivo; a capacidade de cumprir obrigações e pagar dividendos; as razões para a diferença

entre o resultado do exercício e os recebimentos e pagamentos de caixa; os aspectos caixa e não-caixa das transações de investimento e financiamento da entidade. O quadro abaixo é um modelo simplificado de DFC pelo método direto.

Quadro 3 – Modelo de DFC pelo método direto.

Fluxo de Caixa
Das Atividades Operacionais
(+) Recebimentos de Clientes e outros
(-) Pagamentos a Fornecedores
(-) Pagamentos a Funcionários
(-) Recolhimentos ao Governo
(-) Pagamentos a Credores Diversos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades Operacionais
Das Atividades de Investimento
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado
(-) Aquisição de Ativo Permanente
(+) Recebimento de Dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento
Das Atividades de Financiamentos
(+) Novos Empréstimos
(-) Amortização de Empréstimos
(+) Emissão de Debêntures
(+) Integralização de Capital
(-) Pagamento de Dividendos
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicas nas) Atividades de Financiamento
Aumento / Diminuição nas disponibilidades
DISPONIBILIDADES- no início do período
DISPONIBILIDADES- no final do período

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Marion (2009) fala que a Demonstração de Fluxo de Caixa mostra as variações no disponível (caixa e banco) da entidade. Existem dois modelos que são o direto e indireto. O direto é a mais simples, mostra a origem e o uso do dinheiro. O indireto é mais complexo, parte do lucro da DRE ajustado e mostra as variações do Capital de Giro que afetam o Caixa.

Para Cardoso, Szuster, Szuster e Szuster (2010) a DFC mostra as origens e aplicações de caixa, que é base para avaliação da situação financeira da empresa e sua capacidade de pagamento das obrigações. O caixa é vital para o bom funcionamento de qualquer empresa. O modo como os fluxos de caixa são administrados pode determinar o sucesso ou fracasso de uma empresa.

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem enorme importância para o funcionamento da empresa pois demonstra sua capacidade de pagamento das suas obrigações. No próximo tópico será evidenciado o tema Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para Cardoso, Szuster, Szuster e Szuster (2010) a DMPL informa a movimentação ocorrida nas contas do PL a partir do saldo final de cada conta do exercício anterior – Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Lucro, Prejuízos Acumulados -, até chegar ao saldo final do exercício em análise, isto é, aumento ou diminuição do Patrimônio Líquido.

Segundo Schmidt (2006) essa demonstração evidencia a movimentação ocorrida em cada conta do patrimônio líquido e não apenas a movimentação ocorrida na conta de lucros ou prejuízo. O quadro a seguir mostra a estrutura da DMPL.

Quadro 4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

(Continua)

DESCRIÇÃO	CAPITAL			RESERVAS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	SUBSCRITO	A REALIZAR	REALIZADO	CAPITAL	LUCROS		
Saldo em 31/12 anterior							
Ajustes em exercícios ant.							
Aumento de capital							
Reversões de reservas							
Lucro Líquido							
Destinações do Lucro							

(Continuação)

Reservas							
Dividendos							
Saldo em 31/12 atual							

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

De acordo com Iudícibus (2010) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido ocorrida durante o exercício. Todo acréscimo e diminuição do PL é evidenciado através dessa demonstração, bem como a formação e utilização das reservas.

A DMPL mostra as mudanças ocorridas no patrimônio líquido da empresa ocorrida durante o exercício. Após conhecer as demonstrações contábeis e suas funções, na próxima seção será abordado o Desenvolvimento Histórico da auditoria.

2.3 Desenvolvimento Histórico da auditoria

Segundo Franco (2011), na Inglaterra desde 1314, já se praticava a auditoria das contas públicas. A partir da segunda metade do século XIX começaram a surgir as primeiras associações de Contadores Públicos, profissionais que exercem as funções de auditor.

Segundo Ribeiro e Coelho (2013), ela surgiu da necessidade de garantir a veracidade das informações derivadas dos registros contábeis. Estudar a origem e evolução da auditoria é estudar também a evolução da própria contabilidade. Com o desenvolvimento de atividades econômicas especialmente relativas ao comércio, teve a necessidade do controle do patrimônio e das operações, especialmente quando não tinha a presença dos proprietários, e foi assim que a função do contador e do auditor foi sendo reconhecida. Portanto, a contabilidade é uma ciência dinâmica que ao passar do tempo vem acompanhando o desenvolvimento tecnológico e assim proporcionando que se tenham novas técnicas e procedimentos para agregar valor. Da mesma forma, a técnica de auditoria também evoluiu.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016) no início era um proficiente guarda-livros a serviço do mercado italiano, que por ter muita sabedoria técnica passou a ser consultado por outros sobre a escrituração de suas transações. Já no Brasil a evolução da auditoria teve por conta a presença de multinacionais, pois precisavam de maior segurança quanto as informações prestadas. Percebeu-se também que com o grande desenvolvimento da nossa economia, várias

empresas criaram filias no exterior para reforçar a segurança das atividades desenvolvidas naqueles países.

Após apresentar um pouco do desenvolvimento histórico da auditoria, o próximo tópico ira abordar o tema Auditoria, suas características e funções.

2.3.1 Auditoria

Para Santos e Melo (2017) a auditoria contábil é utilizada no exame de documentos, registros, coleta de informações e confirmações sobre o patrimônio de um órgão ou entidade com a utilização de procedimentos específicos e com o objetivo de obter elementos que comprovem para assim o auditor emitir sua opinião sobre os registros contábeis.

A auditoria, segundo Franco (2011, p.26), é utilizada:

Para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros e das demonstrações contábeis, a contabilidade utiliza-se também de uma técnica que lhe é própria, chamada auditoria, que consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstradas, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicadas de maneira uniforme.

De acordo com Attie (2018, pg.10), a auditoria é a especialização contábil que está voltada para testar se a eficiência e eficácia do controle patrimonial e assim expressando uma opinião sobre os dados. Exames de auditoria englobam verificações documentais, os livros e registros com características controladoras, e informações de evidencias com caráter interno ou externo para um controle do patrimônio e a exatidão quando se trata dos registros e demonstrações deles decorrentes. Os exames de auditoria obedecem normas e incluem procedimentos para comprovar dados em estudo caracterizados por uma atitude de reflexão competente ou independente.

Para Ribeiro e Coelho (2013), é uma técnica contábil que surgiu através da necessidade que se tinha de ter uma veracidade das informações derivadas dos registros contábeis. Ela é uma técnica usada para que haja exatidão e fidedignidade dos dados contidos nas demonstrações contábeis, através de exames minuciosos dos registros contábeis e documentos que deram origem a eles. Com o passar do tempo essa técnica foi cada vez mais se ampliando, começou não só ser usada para garantir a veracidade dos dados informados em demonstrações contábeis como também para poder assegurar veracidade de outras informações, a adequação e confiabilidade de procedimentos, ainda que fora da ciência contábil.

Como afirmam Melo e Santos (2017), a auditoria contábil busca a evidenciar a integridade e confiabilidade das informações contidas nos relatórios contábeis, isto é, ela procura certificar-se de que: as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e que as operações são realizadas de acordo com políticas internas e respeitando a legislação e regulamentação do país.

A auditoria foi se tornando cada vez mais indispensável para as empresas por trazer segurança, assim pode se notar vantagens e benefícios da auditoria, tema abordado no próximo tópico.

2.3.2 Vantagens ou benefícios da auditoria

De acordo com Ribeiro e Coelho (2013) as principais vantagens ou benefícios que a auditoria trás às organizações são nas possibilidades de detectar, corrigir, prever e prevenir a ocorrência de falhas no controle interno, na qualidade e da confiabilidade dos procedimentos em geral, bem como na garantia da veracidade das informações que a organização passa em seus relatórios contábeis. Até pouco tempo, o auditor no território brasileiro era visto como um “carrasco”, que visitava as entidades não para um auxílio mas para descobrir erros e prejudicar seus trabalhadores. Dessa forma era pior ainda quando se falava de auditoria interna porque os trabalhadores não entendiam a importância dela, achavam que com a auditoria iriam passar o dia caçando irregularidades e com isso causando a eles advertências e maior carga horária que já era muito intensa. A auditoria se tornou uma ferramenta que ao contrário de perseguir, ela ajuda na melhoria da eficácia e da eficiência dos processos produtivos e evita que futuramente possa ter aborrecimentos não só pensando em quem possui algum capital mas também para quem depende da organização para sobreviver (Ribeiro e Coelho 2013).

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2019) a administração da empresa tem muitas vantagens com a auditoria, como: fiscalização da eficiência dos controles internos, assegura maior correção dos registros contábeis, opina sobre a adequação das demonstrações contábeis, dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas, possibilita apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos, entre outras.

A auditoria vem se mostrando uma ferramenta com muitos recursos positivos, se feita de maneira correta ela pode evitar que haja fraudes e erros nas empresas. Este tema é abordado no próximo tópico.

2.3.3 Fraudes e erros na auditoria

Ao deparar-se com fatos diferentes dos esperados em relação à atividade operacional, o auditor deve saber interpretá-los para dar o tratamento adequado a cada caso e relatá-los de forma correta à administração da entidade auditada (HOOG; CARLIN, 2009).

Conforme Resolução 986/03 do Conselho Federal da Contabilidade a auditoria interna deve:

12.1.3.1 – Assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

12.1.3.2 – O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

12.1.3.3 – O termo “erro” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.

Existe duas formas de se realizar a auditoria, uma presente dentro da empresa e outra que é feita externamente, são elas auditoria interna e auditoria externa e cada uma com um modo de execução diferente, o tema é evidenciado no próximo tópico.

2.4 Tipos de auditoria e suas diferenças

De acordo com Lins (2017) a auditoria interna é feita por um funcionário da empresa onde são avaliadas várias peças fundamentais da empresa como seu desempenho, controles internos, sistemas de computação/informação, produtos, etc. Ela busca falhas de operação, discrepâncias das atividades administrativas assim prevenindo erros e assim gerando maior confiabilidade nas informações geradas. Já a externa é feita por alguém não ligado a empresa que tem por finalidade aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

Para Ribeiro e Coelho (2013), a auditoria interna se desenvolve principalmente por meio do exame, avaliação, monitoramento da adequação e efetividade do controle interno, sempre buscando aumentar valores e melhorias nas operações de uma organização e constitui uma ferramenta de gestão com propostas de ações corretivas auxiliando a organização a alcançar seus objetivos pelo aprimoramento das suas operações. A externa consiste na verificação da exatidão e fidedignidade nos dados contidos nas demonstrações contábeis. Enquanto a auditoria interna tem como seu objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização a

externa visa aumentar seu grau de confiança demonstrações contábeis por parte dos usuários. Portanto, a função do auditor externo é dar sua opinião sobre as demonstrações contábeis já o interno, varia muito de acordo com o tamanho e a estrutura da entidade dos interesses da administração ou dos responsáveis pela governança.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016) apesar de que o interesse de ambas as auditorias seja comum, existem diferenças fundamentais, sendo as principais:

1. Extensão do trabalho: o trabalho feito pelo auditor interno é normalmente determinado pela gerencia, já o externo segue normas usuais reconhecidas no país ou requeridas por legislação específica.
2. Direção: a auditoria interna tem como objetivo assegurar que o sistema contábil e controle interno funcionem eficientemente e assim os dados contábeis passados para a gerencia apresentem exatidão, o externo tem como objetivo que as demonstrações contábeis apresentadas a terceiros, como por exemplo acionistas, fornecedores, fiscalização, reflitam o que de fato acontece na empresa com seus resultados de operação.
3. Responsabilidade: o interno tem responsabilidade com a gerencia, já o externo é mais ampla, pois possui uma independência que o auditor interno não tem.
4. Métodos: o interno segue mais as normas internas da empresa pois tem o domínio da cultura da empresa, o externo observa mais os cumprimentos das leis de forma ampla.

A maior diferença entre as duas fica para a independência que existe no externo e a dependência do interno. Se houver sonegação certamente o auditor interno participará porque ele tem total interesse na empresa, já o externo com sua independência não pode agir interessado em benefício a empresa, ele deve sempre manter ética e agir sempre pela opinião pública (CREPALDI; CREPALDI, 2016)

Distingue-se da auditoria externa a auditoria de gestão ou operacional (interna). De fato, esse tipo de auditoria visa verificar a eficácia e eficiência de processos ou de atos de gestão da entidade auditada, buscando seu aprimoramento e a apresentação de soluções administrativas (por exemplo: auditoria dos processos de compra de estoques, visando assegurar maior eficiência ou rapidez na satisfação de clientes), enquanto o escopo principal da auditoria externa é dar segurança razoável de que as demonstrações contábeis retratam a realidade econômica do auditado (sem conter distorções relevantes) e estão de acordo com os princípios contábeis e a legislação pertinente (PEREIRA, 2018).

Segundo (Dias, 2015) atividade de auditoria interna geralmente é desempenhada por departamento de uma entidade incumbido pela direção de efetuar verificações necessárias e de avaliar os sistemas e procedimentos da entidade, com vista a minimizar as probabilidades de fraudes, erros ou praticas ineficazes. O auditor externo tem o seu trabalho caracterizado pela total independência, uma vez que se trata de um prestador de serviço contratado, sem qualquer vínculo com a empresa auditada.

Conforme explicado no tópico, existem duas maneiras de realizar a auditoria. A auditoria interna é o foco principal no presente trabalho, tema abordado no próximo tópico.

2.5 Auditoria interna

Segundo Almeida (2010) o auditor interno é uma ramificação da profissão do auditor externo e assim consequentemente do contador. O auditor interno passa a ser um empregado da empresa e dentro da organização ele não deve estar subordinado aqueles cujo trabalho examina.

Para Moura e Ramos (2017), a auditoria interna é realizada por um funcionário da empresa e tem como objetivo principal a avaliação, monitoramento da adequação e efetividade do controle interno.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2016), a auditoria interna serve de apoio à gestão e sempre objetivando verificar se o controle interno está em funcionamento, quando cabível ao auditor dar sugestões para melhorias nos tais controles internos. E ainda examinar a integridade, a adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade. O auditor interno é a confiança dentro da empresa, ele interessa por qualquer fase das atividades do negócio que seja útil para administração.

Ribeiro (2013) expõe que a auditoria interna é a atividade de avaliação estabelecida ou fornecida como um serviço para a entidade. Ela tem suas funções que são: exames, avaliações e monitoramento para gerar uma adequação e efetividade no controle interno. Essas funções são para que adicione valor e melhore as operações de uma organização.

Já Hoog e Carlin (2009) definem a auditoria interna como sendo aquela em que o serviço é praticado por contadores empregados das sociedades, associações e fundações, que os contratam para tal. A aplicação dos trabalhos tem fundamento na validação e avaliação dos controles internos e demais procedimentos, pois, devido à falta de independência, uma vez que o profissional é empregado, está impedido o mesmo de dar uma opinião para interessados ou usuários externos, sobre a adequação das demonstrações contábeis encerradas.

Como explicado nesse tópico a auditoria interna possui funções dentro da empresa que se tornam indispensáveis para se ter um controle adequado, no próximo tópico será evidenciado o objetivo da função de auditoria interna.

2.5.1 Objetivo da função de auditoria interna

O objetivo da função de auditoria interna para (Crepaldi e Cepaldi, 2016) é auxiliar os membros da administração no desempenho efetivo das suas funções e responsabilidade, fornecendo-lhes apreciações, análise, recomendações e comentários pertinentes às atividades examinadas.

De acordo com Ribeiro e Coelho (2013) os objetivos das funções de auditoria interna variam amplamente e dependem do tamanho e da estrutura da entidade e dos requerimentos da administração e, quando aplicável, dos responsáveis pela governança. As atividades da função de auditoria interna podem incluir um ou mais dos itens a seguir:

- Monitoramento do controle interno – compreendem as responsabilidades específicas de revisão dos controles, monitoramento de sua operação e recomendação de melhorias nestes.
- Exame das informações contábeis e operacionais – compreendem as responsabilidades pela revisão dos meios usados para identificar, mensurar, classificar e reportar informações contábeis e operacionais e fazer indagações específicas sobre itens individuais, incluindo o teste detalhado de transações, saldos e procedimentos.
 - Revisão das atividades operacionais – compreendem as responsabilidades por revisar a economia, eficiência e eficácia das atividades operacionais, incluindo as atividades não financeiras de uma entidade.
 - Revisão da conformidade com leis e regulamentos – compreendem as responsabilidades por revisar a conformidade com leis, regulamentos, outros requerimentos externos, políticas e normas da administração e outros requerimentos internos.
- Gestão de risco – corresponde a ajudar a organização mediante a identificação e avaliação das exposições significativas a riscos e a contribuição para a melhoria da gestão de risco e dos sistemas de controle.
- Governança – consiste em avaliar o processo de governança quanto à realização de seus objetivos de ética e valores, administração de desempenho e prestação de contas, comunicando informações sobre risco e controle para as áreas apropriadas da organização, e da eficácia da

comunicação entre as pessoas responsáveis pela governança, os auditores internos e independentes e a administração (RIBEIRO, 2013).

Apresentado o conceito e objetivo da auditoria interna, entende-se que ela depende de vários fatores para que seja realizada, ela também tem que seguir normas e procedimentos para que seja realizada de forma mais eficiente possível. Esse tema será evidenciado no próximo tópico.

2.5.2 Normas e procedimentos da auditoria interna

Para Franco (2011), normas de auditoria são regras que órgãos reguladores da profissão contábil estabelecem, com o objetivo da regulação e diretrizes para que os profissionais possam seguir no exercício de suas funções. As normas estabelecem conceitos básicos de exigência de como o auditor deve executar o seu trabalho e ao parecer que deverá por ele ser emitido.

Com o intuito de regulamentar a atividade do auditor, “estabelecendo orientação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções”, foram estabelecidas as normas de auditoria, que são regras fixadas pelos órgãos regulares da profissão contábil (CREPALDI, 2010, p. 217).

Segundo (Perez Junior, 2012) os procedimentos de auditoria representam os trabalhos que serão executados pelo auditor para obtenção da evidencia de auditoria que suportará a opinião que será emitida. A seleção dos procedimentos será feita no período de elaboração do planejamento da auditoria e será complementada à medida que o trabalho seja executado.

Conforme a Resolução 986/03 do Conselho Federal da Contabilidade, os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade. Os teste de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.

Seguindo esses procedimentos começa a parte de execução da auditoria, onde são usados testes para que se tenha a certeza que a empresa cumpre corretamente com o que é passado para o auditor, tema abordado no próximo tópico.

2.5.3 Teste de observância e seu objetivo

De acordo com (Crepaldi e Crepaldi, 2016) os testes de observância são os procedimentos empregados pelo auditor, a fim de determinar se cumprem corretamente certos procedimentos de controle interno, estabelecidos pelo sistema da empresa. O objetivo do teste de observância é proporcionar razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estejam sendo executados na forma prescrita.

Conforme Resolução 986/03 do Conselho Federal da Contabilidade, testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive, quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos: a) inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis; b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução; e c) investigação e confirmação – obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade (CFC, 2003).

O teste de observância como explicado no tópico, confirma que controles internos estão sendo cumpridos corretamente pela administração, já o teste substantivo é mais profundo na parte de verificação contábil. Esse tema é evidenciado no próximo tópico.

2.5.4 Testes substantivos e seu objetivo

De acordo com (Crepaldi e Crepaldi, 2016) os testes substantivos constituem a verificação contábil de maior profundidade, revestida de tecnologia competente para o exame da essência e da validade das situações informadas e encontradas. Tais testes devem compreender as operações realizadas, as contas e seus saldos, as análises pertinentes e a adoção de procedimentos que permitam ao profissional opinar com segurança por meio do pleno convencimento sobre o objeto examinado. O objetivo dos testes substantivos é certificar-se da correção de um ou mais dos seguintes pontos:

- existência: se o componente patrimonial existe em certa data;
- direitos e obrigações: se efetivamente existentes em certa data;
- ocorrência: se a transação de fato ocorreu;
- abrangência: se todas as transações estão registradas; e
- mensuração, apresentação e divulgação: se os itens estão avaliados, divulgados, classificados e descritos de acordo com os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Resolução 986/03 do Conselho Federal da Contabilidade fala que os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade (CFC, 2003).

Os testes demonstram de forma clara se a empresa está de acordo com os dados produzidos. Por fim são feitos os relatórios da auditoria interna, tema evidenciado no tópico a seguir.

2.5.5 Relatórios da Auditoria Interna

Rosa (2012, p. 1) afirma que “o relatório de auditoria é a demonstração do trabalho realizado e eis aí a importância do relatório porque este documento é o que representa o final da auditoria”.

O auditor deve registrar, no relatório, as informações relativas à auditoria, a extensão dos procedimentos desenvolvidos, os resultados alcançados e suas conclusões da evidência da auditoria a que se chegou. No relatório, o auditor considera o que se mostra necessário para proporcionar o entendimento do trabalho executado e a base para as principais decisões tomadas, e todos os aspectos detalhados da auditoria (CREPALDI, 2013).

É por meio do relatório que a auditoria interna evidencia o resultado dos seus trabalhos executados, de forma clara com suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade (Resolução n. 986/03, NBC TI 01).

Os relatórios demonstram resultados do trabalho da auditoria interna para que a administração da empresa tome decisões através deles. A auditoria também tem sua forma em externa, que tem um foco diferente em seu modo de execução, tema abordado no próximo tópico.

2.6 Auditoria Externa

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019) auditoria externa é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa. Assim, o principal objetivo é emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis de uma entidade, quanto a sua adequação, consoante os princípios de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade.

Segundo Attie (2018) auditoria externa das demonstrações contábeis expressa uma opinião sobre a propriedade das mesmas, e assegurar que elas representem em seu conjunto

adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os demais demonstrativos correspondentes aos períodos em exame, de acordo com as práticas contábeis no Brasil.

Para Pereira (2018) a auditoria externa não observa meramente critérios estabelecidos pela gestão como parâmetros de comparação a serem seguidos. Não visa auxiliar a entidade auditada em melhor administrar o negócio. Ao contrário, considerando-se que um dos objetivos da auditoria independente é justamente fiscalizar a administração, seus padrões de comparação devem ser fixados externamente pelos órgãos próprios ou pela ciência contábil (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos – PCGA).

Lins (2017) explica que a finalidade da auditoria externa é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos seus usuários. Nesse sentido, compreende expressar uma opinião através da emissão de um relatório sobre as demonstrações contábeis da empresa auditada no(s) período(s) sob exame e assegurar que estas foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as normas brasileiras de Contabilidade e legislação específica aplicáveis.

Neste tópico foi apresentado a forma de execução da auditoria externa e sua função. No próximo tópico será acordado o tema Controle Interno.

2.7 Controle interno

Para Crepaldi e Crepaldi (2016) o controle interno para organização representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger o ativo, produzir dados contábeis confiáveis e dando a administração uma condução ordenada dos seus negócios.

De acordo com Attie (2018) o controle interno tem enorme influência, pois é o ponto de partida dos trabalhos feitos pelo auditor. É de extrema importância que o auditor identifique os pontos de ciclos ou áreas operacionais de maior influência ou risco nas atividades para assim poder concentrar sua atenção nos estudos e avaliação do controle interno existente. Cada empresa possui um objetivos operacionais diferentes e específicos para sua atividade e utiliza de procedimentos de controle internos distintos em função do ramo de atividade, volume de operações e riscos envolvidos.

Conforme Franco (2011) os controles internos são os instrumentos usados pela organização para a vigilância, fiscalização e verificação administrativa, e que através deles consegue-se prever, observar, dirigir ou governar acontecimentos na empresa que geram reflexos em seu patrimônio líquido. Assim os meios de controles são todos os registros, livros,

fichas, mapas, boletins, papéis, formulários, pedidos, notas, faturas, documentos, guias, impressos, ordens internas, regulamentos e demais instrumentos de organização administrativa que assim constituem o sistema de vigilância, fiscalização e verificação usados pelos administradores para exercer controle de todos os fatos ocorridos na empresa.

Segundo Ribeiro e Coelho (2013) o controle interno é um processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para assim ter uma segurança razoável na realização dos objetivos da entidade quando se trata da confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações de acordo com leis e regulamentos aplicáveis.

O controle interno mostra-se muito eficaz para que a empresa consiga atingir suas metas, ele tem seus objetivos que em geral, protegem o patrimônio da empresa. Esse tema está evidenciado no tópico a seguir.

2.7.1 Objetivos do controle interno

Para Franco (2011) os objetivos primordiais do controle interno são: dar a contabilidade dados corretos e conferir a exatidão da escrituração e, se tiver erros, desperdícios, identificá-los. O principal desses objetivos são para as áreas contábeis e financeiras, se houver outras áreas envolvidas outros objetivos serão identificados mas sempre com o mesmo objetivo: proteger o patrimônio da empresa.

Segundo Attie (2011) :

O conceito, a interpretação e a importância do controle interno envolvem imensa gama de procedimentos e práticas que, em conjunto, possibilitam a consecução de determinado fim, ou seja, controlar.

Regra geral, o controle interno tem quatro objetivos básicos:

- Salva guarda dos interesses da empresa;
- A precisão e a confiabilidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- O estímulo à eficiência operacional;
- A aderência as políticas existentes.

De acordo com Almeida (2010) o controle interno tem como objetivo produzir dados contábeis sempre confiáveis e sempre auxiliando a empresa para que a administração tenha uma condução ordenada dos seus negócios. Alguns exemplos de controles contábeis:

- Sistemas de conferência, aprovação e autorização.
- Segregação de funções.
- Controles físicos sobre o ativo.
- Auditoria interna.

Segundo Perez Junior (2012) o objetivo dos controles internos é a obtenção de informação adequada, a estimulação do respeito e da obediência às políticas da administração, proteção da administração e promoção da eficiência e eficácia operacional.

Como apontado no tópico, o controle interno com seus objetivos se torna essencial para que a empresa tenha maior eficiência e eficácia. No próximo tópico será evidenciada a importância do controle interno.

2.7.2 A importância do controle interno

De acordo com Ribeiro e Coelho (2013) o auditor quando desenvolve auditoria de demonstrações contábeis tem como uma das suas responsabilidades, identificar e avaliar possíveis riscos e distorções que possam influenciar a veracidade dos dados informados nas respectivas demonstrações contábeis por ele auditadas. Falhas no controle interno pode afetar diretamente resultados apurados pela organização. Por isso é essencial manter um controle interno eficiente que possibilite a detecção de falhas, para que não haja prejuízos a reputação do órgão auditado perante o mercado e seus acionistas. O controle adequado não só pode, ajudar a detectar falhas como também, obter mais credibilidade nas demonstrações contábeis, e auxiliar a administração para que se possa ter um aperfeiçoamento das suas operações em busca de seus objetivos. Ajudando desta forma aprimorar processos produtivos para reduzir gastos e aumentar a qualidade de seus produtos e serviços prestados.

Para Attie (2011) fica evidente a importância do controle interno a partir do momento em que se torna impossível conceber uma empresa que não tenha controles que possam garantir continuidade do fluxo de operações e informações propostas. É necessário que se tenha relatórios, indicadores e outros índices que reflitam a gestão de operação pelos funcionários contratados e o atendimento aos planos e metas traçadas para que exista um controle eficiente das operações e poder de análise. Com um sistema de controle interno implica que o funcionário tenha liberdade de atuação de execução de seus compromissos para buscar melhores resultados. Contudo, para que esse funcionário não tire proveito em suas funções

assim trazendo benefícios para ele, deste modo, prejuízo a entidade, por erros intencionais ou dolosos, um adequado sistema de controle interno limita a pratica desses atos. Todas as empresas possuem o controle interno, a diferença é se que em algumas é adequado e em outras não.

2.8 Sistema de Cooperativa de Crédito

De acordo com SESCOOP (2014) o cooperativismo busca transformar o mundo em um lugar melhor, mais justo, ele visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca a prosperidade conjunta e não individual. Tudo começa quando pessoas se reúnem em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do seu próprio negócio.

Tudo começou em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, no interior da Inglaterra, onde um grupo de 28 trabalhadores se uniram para montar seu próprio armazém porque não conseguiam sobreviver sozinhos com seus mercados. A proposta era simples, aumentaram a quantidade de compras de alimentos e assim conseguiam preços melhores e tudo que fosse adquirido seria dividido igualmente entre o grupo. Nascia então a “Sociedade dos Probos de Rochdale” – primeira cooperativa moderna que abriu as portas pautada em valores e princípios morais considerados, até hoje, a base do cooperativismo (OCB, 2014).

Segundo FGCoop (2016), cooperativa de crédito é uma instituição financeira, constituída sobre a forma de sociedade cooperativa, seu objetivo é a prestação de serviços de intermediação financeira aos associados, como concessão de crédito e captação de depósitos à vista e a prazo. Funciona de forma semelhante aos bancos, mas tendo por base os princípios cooperativistas, como adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, inter operação e interesse pela comunidade. Como afirmado acima, as cooperativa de crédito funcionam de forma semelhante aos bancos, mas existem alguns diferenças importantes, conforme o quadro abaixo:

Quadro 5: Diferenças entre bancos e cooperativas de crédito.

(Continua)

BANCOS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
---------------	--------------------------------

(Continuação)

A propriedade é privada e visa-se a maximizar o lucro.	A propriedade é social e não se visa a lucros.
É permitida a transferência das ações a terceiros.	Não é permitida a transferência de quotas-parte a terceiros.
Os membros do Conselho de Administração são proprietários ou provenientes do mercado.	Os membros do Conselho de Administração são cooperados.
O usuário é mero cliente.	O usuário é o próprio dono, tem decisão ativa na política operacional e deve ser tratado.
No relacionamento com o cliente, há prioridade na redução de custos e de riscos.	Analisa a capacidade de investimento e pagamento dos associados.
Priorizam os grandes centros urbanos.	Atuam também em comunidades mais remotas.
Tendem ao atendimento impessoal, com base na reciprocidade financeira, e focam exclusivamente a dimensão econômica.	Predomina o atendimento pessoal aos associados, com relações mais sociais entre dirigentes, funcionários e associados. Dimensão socioeconômica se sobrepõe.
Vínculo frágil com a comunidade.	Vínculo com a comunidade, na qual aplicam os recursos captados.
Focam-se na concorrência de mercado.	Desenvolvem-se pela cooperação.
A remuneração dos acionistas é proporcional ao capital investido.	Sobras no exercício podem ser distribuídas entre associados na proporção dos serviços financeiros utilizados ou reinvestidas em fundos cooperativos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

2.9 Síntese do referencial teórico

O tópico Contabilidade trás o seu conceito e seus objetivos diante o patrimônio da empresa, é essencial que se tenha uma contabilidade eficiente para manter a empresa estabilizada e segura.

As demonstrações contábeis para a auditoria são importantes para verificar se o que está na demonstração reflete adequadamente a situação patrimonial, financeira e econômica da empresa, desse modo sendo também um dos principais pontos para auxiliar na tomada de decisões.

O tópico desenvolvimento histórico mostra um pouco sobre seu crescimento durante o passar dos anos, o conceito sobre auditoria e suas vantagens e benefícios. O nome auditoria e as questões práticas que lhe envolvem, veio como consequência das mudanças nos padrões de vida e conquistas do próprio ser humano, ela se torna cada vez mais essencial na vida das empresas porque se trata de algo que traz um resultado positivo quando é feita de forma correta e eficiente.

O tópico tipos de auditoria mostra a forma que ela pode ser exercida, interna ou externa. A interna tem uma participação direta na empresa, já a externa não possui esse vínculo com a empresa, ela tem como foco fazer seu parecer sobre as demonstrações financeiras para ver se esta coerente com a posição financeira e econômica da organização.

Já as definições e teses de auditorias interna supracitadas são a base que vão ancorar a presente pesquisa. Bem como todas as explicações e defesas da eficácia de sua funcionalidade tem como intuito auxiliar a empresa para alcançar seus objetivos.

No tópico auditoria externa é evidenciado sua forma de execução que diferente da auditoria interna, a externa tem como objetivo emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis que conclui se realmente representam a posição patrimonial e financeira da empresa.

Os controles internos são os responsáveis para que a empresa consiga atingir suas metas e políticas estabelecidas e para conseguir o desejado grau de eficiência e a eficácia em seu sistema operacional.

No último tópico é apresentado o sistema de cooperativismo, fala sobre como começou, seu objetivo e formar de exercer suas funções.

A próxima seção trata da metodologia utilizada pelo pesquisador para realização deste estudo.

3 METODOLOGIA

Pesquisa pode se definir como um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego dos procedimentos científicos. Para chegar nos resultados finais vários caminhos são utilizados que facilitam a consecução de seus objetivos e assim como a comprovação científica.

Nessa seção esta a forma adotada para conduzir a pesquisa. A metodologia empregada no desenvolvimento do presente trabalho demonstra passos, métodos, técnicas e abordagens utilizadas para o alcance do objetivo no desenvolvimento do papel de auditoria interna que sustenta o planejamento estratégico e como principal objetivo, auxilie na tomada de decisão.

A taxonomia utilizada no trabalho será de Silva e Meneses (2005).

3.1 Sob o ponto de vista da abordagem

Este estudo, sob o ponto de vista da abordagem do problema irá adotar a pesquisa qualitativa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa qualitativa é mais profunda, ela descreve a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.

Conforme Beuren (2009, p.92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.”

A pesquisa qualitativa foi realizada de acordo com as respostas dos pesquisados e também com o referencial teórico.

3.2 Sob o ponto de vista dos objetivos

Sob o ponto de vista dos objetivos foi adotado a pesquisa exploratória e descritiva.

A pesquisa exploratória segundo Marconi e Lakatos (2010) é uma pesquisa empírica, ela desenvolve hipóteses, aumenta a familiaridade do pesquisador com ambiente e modifica e clarifica conceitos.

Conforme Severino (2007, p.123), “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

De acordo com Beuren (2009, p. 81), “a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.”

A pesquisa descritiva segundo Bertucci (2011) tem como objetivo principal estabelecer relações entre as variáveis analisadas e levantar hipóteses para explicar essas relações.

No presente estudo, a pesquisa exploratória se deu pelo levantamento bibliográfico, trazendo assim uma maior familiarização com o tema abordado.

A pesquisa descritiva se deu através de três entrevistas aplicadas sendo elas ao Presidente, Diretor Financeiro e a agente de controle interno da cooperativa. Dessa forma foi descrito nesse estudo como a auditoria interna dá suporte para as tomadas de decisões na cooperativa de crédito.

3.3 Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte de estudos exploratórios pode ser definido como pesquisas bibliográficas.

Conforme Marconi e Lakatos (2010) pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, é toda bibliográfica que já foi tornada pública em relação ao tema de estudo, pode ser publicações avulsas, jornais, boletins, revistas, pesquisas, livros, monografias, etc. A pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado.

A pesquisa bibliográfica será evidenciada na parte da introdução e do referencial teórico onde foram utilizados livros digitais disponíveis em bibliotecas virtuais e também a utilização da biblioteca física. Outras fontes utilizadas foram sites da internet como o site do SESCOOP (2014).

De acordo com Gil (2010) estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sócias. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Ainda para Beuren (2009, p.84), “a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico”.

O caso estudado foi uma Cooperativa de Crédito localizada na região Centro Oeste de Minas Gerais, durante o ano de 2019, tem como objetivo identificar como a auditoria interna da suporte para seus gestores no processo decisório.

3.4 Unidade de análise

A instituição financeira escolhida para o estudo foi uma Cooperativa de Crédito de livre admissão localizada em um município do Alto São Francisco de Minas Gerais, fundada em 1989. Tinha seu foco voltado para produtores rurais, a partir de 2007 se tornou uma cooperativa de livre admissão podendo trabalhar com variados tipos de públicos.

A Cooperativa de Crédito tem sua missão que é gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades. Tem como visão ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados e tem como seus valores a transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade.

A instituição financeira possui 5 objetivos, que são:

- Promoção da satisfação e fidelização dos associados e clientes;
- Busca pela satisfação e retenção dos colaboradores;
- Busca pela satisfação dos parceiros;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental;
- Desenvolvimento da cultura cooperativista.

3.5 Instrumento de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de três entrevistas que são os dados primários da entidade estudada e com o levantamento bibliográfico que são os dados secundários. As entrevistas consistem em questões fechadas e abertas.

Segundo Beuren (2009, p. 133) a entrevista semi-estruturada “permite maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. No mesmo tempo que a pesquisa semi-estruturada valoriza a presença do entrevistador, possibilita que o informante use toda sua criatividade e espontaneidade, valorizando mais a investigação.

De acordo com Bertucci (2011) quando a entrevista é desenvolvida em um roteiro básico são chamadas de entrevistas semi-estruturadas ou despadronizadas. Entretanto, o pesquisador se achar necessário pode alterar ou eliminar questões, de acordo o andamento da pesquisa, identificadas ao longo da entrevista.

Os dados primários foram coletados através das entrevistas concedidas pelo Presidente e o Diretor Financeiro que possuem efetiva tomada de decisão e a agente de controle interno da Cooperativa de Crédito.

3.6 Tratamento de dados

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram submetidos a uma análise de conteúdo.

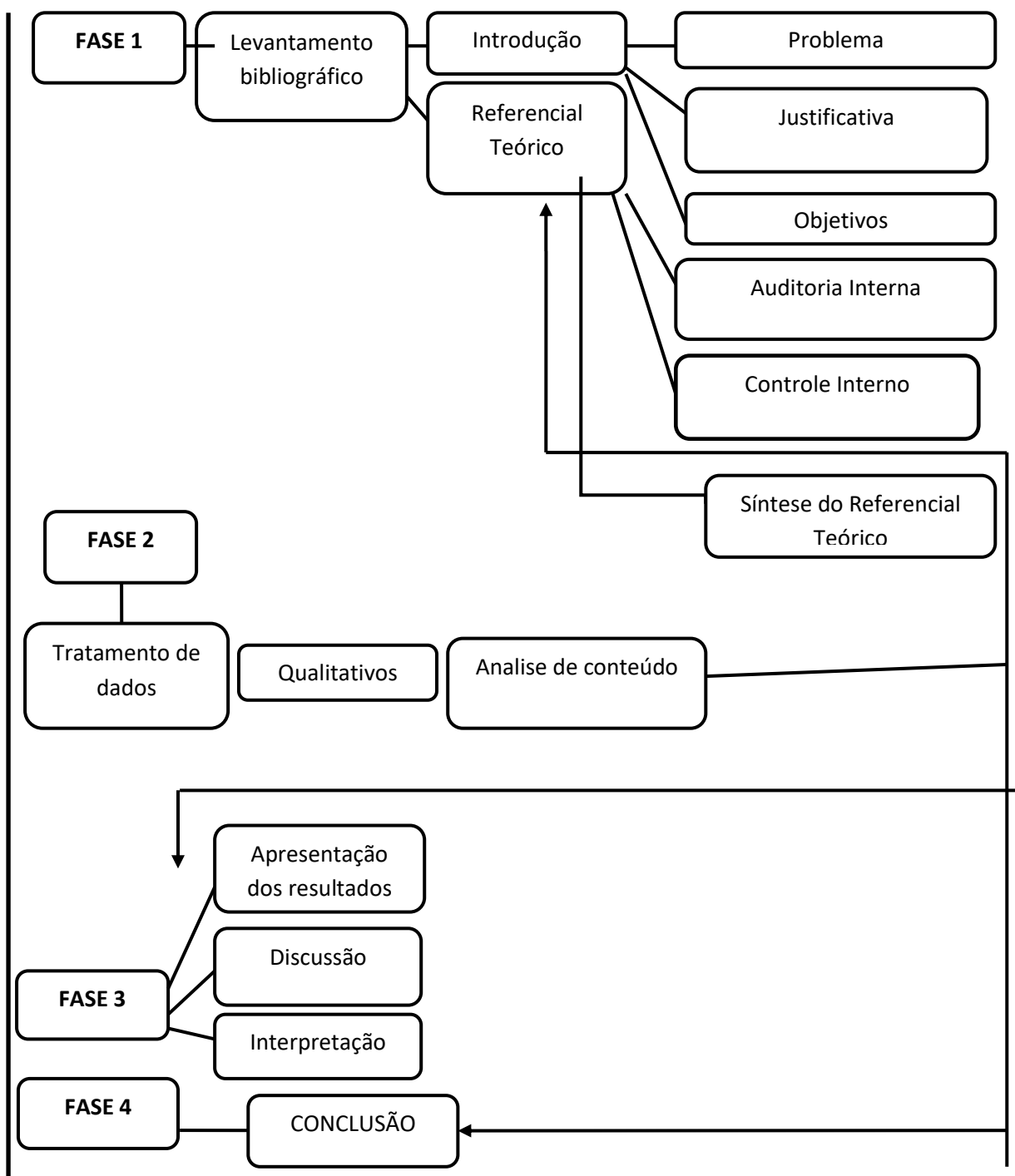
Sobre análise de conteúdo Gil (2010) explica que, esta técnica foi empregada originariamente em pesquisas sobre o conteúdo de jornais, visa descrever de forma objetiva, sistemática e qualitativa o conteúdo manifesto da comunicação.

Para Severino (2007, p.121) a análise de conteúdo “é uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens e gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações.

Assim, foi feita uma análise das respostas obtidas nas questões abertas das entrevistas, essas informações foram interpretadas e discutidas, relacionando o resultado com o referencial teórico com a intenção de responder a questão problema.

Na **Figura 1** o esquema de pesquisa demonstra os procedimentos utilizados para a conclusão deste estudo.

Figura 1 – Esquema de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

O presente trabalho está composto de uma introdução e referencial teórico na fase 1, a fase 2 com o levantamento de dados, fase 3 que é o tratamento dos dados e a fase 4 sendo esta a conclusão.

Na **Fase 1** foi exposta uma breve introdução sobre o assunto abordado, o tema geral, justificativa, a definição da questão problema, hipótese e os objetivos. Em seguida a elaboração do referencial teórico com base em tópicos mais relevantes como Auditoria Interna, tipos de auditoria, Controles Internos e papéis de trabalhos da auditoria. Foi feito um levantamento bibliográfico nas bibliotecas física e digital da FASF UNISA e a utilização de dados digitais.

A **Fase 2** é o processo de levantamento dos dados, conduzida por pesquisa qualitativa, onde foi realizada três entrevistas para coletar os dados.

A **Fase 3** constitui nos resultados e discussão do estudo, através das entrevistas foram obtidas respostas que serão analisadas e discutidas para chegar a uma conclusão.

Na **Fase 4** será apresentada a conclusão do trabalho onde é feito a avaliação para ver se os objetivos foram alcançados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem como objetivo apresentar resultados e discussões dos dados levantados, para chegar a esses dados foi aplicado três entrevistas, a primeira com o presidente da cooperativa, a segunda com o diretor financeiro e a terceira com a agente de controle interno.

Para alcançar esse propósito, a seção foi dividida em três partes, que foram:

- (1) Análise do perfil dos respondentes.
- (2) Análise das perguntas das entrevistas.
- (3) Síntese dos resultados e discussão.

4.1 Análise do perfil dos respondentes

Nesta seção é apresentado os resultados levantados diante das entrevistas aplicadas para o presidente, diretor e a agente de controle interno. Cada entrevista possui 8 perguntas, conforme descrita na próxima seção.

No **Quadro 6** está disposto o perfil dos respondentes.

Quadro 6: Perfil dos respondentes.

Respondente	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Tempo de serviço	Função
B1	M	Acima de 42 anos	ES	De 10 até 15 anos	Conselheiro
C2	M	De 30 a 42 anos	ES	De 10 até 15 anos	Diretor
D3	F	De 18 a 30 anos	PG	De 4 até 9 anos	Controle Interno

Fonte: Autor (2019).

Identificado como B1, o conselheiro, tem idade acima de 42 anos, tem como profissão engenheiro agrônomo, seu nível de escolaridade é o ensino superior, ocupa o cargo de Conselheiro na organização e seu tempo de serviço é de 10 a 15 anos.

O diretor, identificado como C2, tem idade entre 30 a 42 anos, tem como profissão o técnico agropecuário, seu nível de escolaridade é o ensino superior, tem como cargo Diretor na organização e seu tempo de serviço é de 10 a 15 anos.

A agente do controle interno é identificada como D3, sua idade é entre 18 a 30 anos, é formada em Administração e possui pós-graduação, ocupa o cargo de Agente de Controle Interno na organização e seu tempo de serviço é de 4 a 9 anos.

4.2 Análise das perguntas das entrevistas

Nesta seção serão apresentados os resultados mediante a aplicação das entrevistas na cooperativa investigada.

A apresentação dos resultados e discussões será realizada na seguinte ordem:

- I. Apresentação da pergunta
- II. Identificação do objetivo da pergunta.
- III. Apresentação das análises dos resultados da pergunta através de textos, quadros e/ou tabelas.
- IV. Descrição dos resultados.
- V. Discussão e Interpretação dos resultados.

PERGUNTA 1) Há quanto tempo se faz o uso da auditoria interna na empresa ?

O objetivo dessa pergunta foi identificar o tempo que a cooperativa faz o uso da auditoria interna.

Sobre o tempo que se faz uso da auditoria interna na empresa o conselheiro identificado como B1 respondeu da seguinte forma:

“Se faz a utilização da auditoria interna desde a inauguração da cooperativa a trinta e um anos.”

O respondente C2, diretor da cooperativa respondeu que:

“O uso da auditoria interna se faz desde a constituição da cooperativa, atualmente são realizadas 2 auditorias internas, sendo uma presencial e outra à distância(follow-up).”

A agente de controle interno, identificada como D3, respondeu:

“ Desde a fundação do Bancoob.”

De acordo com as respostas, percebe-se que a auditoria sempre esteve presente na cooperativa, desde sua fundação que já tem trinta e um anos se utiliza a auditoria como suporte e segundo o C2 a auditoria interna possui duas formas que é a presencial e a distância conhecida como follow-up.

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2016) tem como função verificar se o controle interno está em funcionamento e assim que possível trazer sugestões para ter melhorias nos tais controles internos. Seu objetivo é examinar a integridade, adequação e eficácia desses controles e também das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade.

PERGUNTA 2) O que levou ou motivou a fazer o uso da auditoria e qual a necessidade de se implantar uma auditoria interna na empresa ?

Essa pergunta tem como objetivo identificar o porquê do uso da auditoria e qual a sua necessidade para a empresa.

Sobre o que levou ou motivou o uso da auditoria e a necessidade de implantar ela na empresa, B1 afirma:

“Legislação aplicada as cooperativas.”

O respondente C2 apresentou a seguinte resposta:

“A legislação obriga as cooperativas financeiras a serem auditadas. A vantagem de se realizar a auditoria, vejo pelo fato de garantir uma boa gestão levando uma imagem positiva junto à comunidade.”

A respondente D3 respondeu que:

“ Atender ao Bacen e demais órgãos reguladores, bem como a necessidade de verificação dos processos no geral visando identificar falhas e possíveis fragilidades e proporcionar melhorias necessárias.”

Diante das respostas obtidas, observa-se que a legislação obriga que as cooperativas financeiras utilizem a auditoria. A auditoria é necessária para que se tenha uma boa gestão, auxilia na identificação de falhas e possíveis fragilidades e com isso proporcionando melhorias.

PERGUNTA 3) De que forma a auditoria interna auxilia no processo de tomada de decisão ?

O objetivo dessa pergunta é identificar como a auditoria interna auxilia na tomada de decisão da empresa.

Sobre a forma que a auditoria interna auxilia na tomada de decisão, B1 respondeu:

“A auditoria interna auxilia a cooperativa com indicadores e controles que indicam os principais riscos nas operações realizadas além de ajudar a controlar e monitorar os processos diários da cooperativa.”

De acordo com a pergunta, C2 respondeu que:

“ Muitas mudanças ocorrem ultimamente, novas legislações e normativos, dentre tantos outros; e poder contar com uma auditoria que possa demonstrar o nível de comprometimento dos gestores na cooperativa, perfaz um diferencial muito importante, o qual permite a tomada de decisões mais assertivas.”

Sobre a pergunta, a agente D3 respondeu:

“ Auxilia na identificação de processos falhos, erros, etc... que possam prejudicar a continuidade dos mesmos.”

De acordo com as respostas nota-se que a auditoria tem uma papel fundamental quando se trata de controle e monitoramento dos processos diários da cooperativa, através da auditoria falhas e erros são detectados mais facilmente. Também tem um papel importante sobre os gestores da cooperativa que com esse acompanhamento é possível demonstrar o comprometimento deles assim se tornando mais seguro para que se tenha tomadas de decisões mais assertivas. Em geral entende-se pelas respostas que a auditoria aumenta a segurança quando se tem a necessidade de tomar decisões sejam elas de pequena ou grande importância para a cooperativa.

Segundo Gomes e Gomes (2014), a tomada de decisão deve ser feita sempre que estamos diante de uma oportunidade ou problema que possui uma ou mais alternativas para chegar a solução.

PERGUNTA 4) Como a empresa avalia o custo benefício da auditoria interna?

Essa pergunta tem como objetivo foi identificar o custo benefício da auditoria interna para a empresa.

Sobre como a empresa avalia o custo benefício da auditoria interna, B1 apresentou a seguinte resposta:

“Excelente, conseguimos minimizar riscos, aumentar a segurança nas decisões e preservamos os interesses dos nossos cooperados.”

A resposta do C2 foi:

“ Extremamente importante pelo ponto de vista que seus gestores respondem por seus atos de forma administrativa, penal e civil. “

A agente D3 respondeu:

“ Os benefícios justificam os custos onde as ações preventivas beneficiam diversos setores.”

De acordo com os respondentes, os três afirmam que a auditoria é de extrema importância para a cooperativa, colocando no papel os benefícios que ela traz para a empresa os custos se tornam pequenos. Como dito pela agente D3, suas ações preventivas ajudam vários setores assim trazendo mais segurança não só para a empresa mas também para seus cooperados.

PERGUNTA 5) Na sua opinião, qual a importância do relatório da auditoria no processo de gestão da cooperativa ?

O objetivo dessa pergunta foi identificar qual a importância do relatório da auditoria para o processo de gestão da cooperativa.

Sobre a importância do relatório da auditoria para a gestão da cooperativa, B1 respondeu:

“Extremamente importante afim de regularizar e assegurar os acontecimentos dentro da cooperativa aumentando a margem de segurança e informações durante as tomadas de decisões.”

O agente C2 respondeu:

“ O relatório da auditoria interna compreende a visão do auditor quanto ao cumprimento das normas por parte de seus administradores, dessa forma o relatório permite uma análise profunda sobre a gestão, possibilitando uma mudança de rumo e acertos caso necessário.”

A agente D3 respondeu:

“ Proporcionar maior segurança e efetividades dos processos.”

Segundo as respostas, os relatórios são de muita importância para ter maior segurança e efetividade nos processos e tomadas de decisões trazendo informações para que se tenha mais acertos. C2 também explica que ela é importante para fazer uma análise profunda sobre a gestão assim possibilitando que se necessário tenha mudanças de rumo.

Crepaldi (2013) afirma que o relatório serve para mostrar os resultados alcançados diante de todas as informações obtidas, procedimentos desenvolvidos, para demonstrar qual as conclusões que a auditoria chegou.

PERGUNTA 6) Com que frequência o relatório da auditoria é consultado nas reuniões de gestão da cooperativa?

O objetivo dessa pergunta é identificar com qual frequência é consultado os relatórios da auditoria nas reuniões de gestão da cooperativa.

Sobre o uso do relatório da auditoria o presidente tratado como B1, o diretor C2 e a agente do controle interno, apresentaram as seguintes respostas, conforme o **Quadro 7**.

Quadro 7 -Frequência do uso de relatórios da auditoria para a gestão da cooperativa

	Diariamente	Semanalmente	Mensalmente	Semestralmente	Anualmente
B1			X		
C2		X			
D3			X		

Fonte: Autor (2019).

Complementando a pergunta 5 que se trata da importância dos relatórios da auditoria, a pergunta 6 mostra qual a frequência do uso desses relatórios, os respondentes marcaram que mensalmente é feito o uso dos relatórios assim mostrando que estão sempre contando com esse auxílio da auditoria para que se possa diariamente ter maior segurança tanto na tomada de decisão como também um acompanhamento de seus gestores para que se preciso seja feito mudanças.

PERGUNTA 7) Você considera que o sistema de auditoria é adequado e efetivo ?

O objetivo dessa pergunta é identificar se o sistema da auditoria é adequado e efetivo.

Sobre o sistema de auditoria ser adequado e efetivo, B1 afirma:

“Totalmente adequado e muito efetivo.”

De acordo com a pergunta, o C2 respondeu que:

“O sistema de auditoria é adequado e atua de forma efetiva.”

A agente D3 respondeu:

“ Sim.”

De acordo com a respostas, entende-se que a auditoria é adequada e atua de forma efetiva na empresa e como visto em respostas anteriores ela possui sempre um efeito positivo no dia a dia da cooperativa.

Segundo Dias (2015), para a auditoria interna é de grande importância conscientizar diretoria e colaboradores quanto à importância de controles eficazes, com isso é possível eliminar perdas e assim trazendo segurança e garantias para a empresa.

PERGUNTA 8) O controle interno e a gestão de riscos da empresa tem sido beneficiado com a auditoria interna ? Se sim, de qual forma ?

O objetivo dessa pergunta é identificar de qual forma o controle interno da cooperativa é beneficiado com a auditoria interna.

Sobre a forma que o controle interno e a gestão de riscos serem beneficiados com a auditoria interna, B1 responde:

“Sim, está beneficiada pois o relatório da auditoria interna serve de norte para que o controle interno juntamente com a diretoria de risco trabalhe e busque aprimoramentos conseguindo maior efetividade e resultados durante os anos seguintes.”

O respondente C2 explica que:

“ A auditoria permite uma melhor atuação da área de controles internos, pois possibilita maior visão do cumprimento de normas, além de estabelecer planos de ação e ajustes necessários nos processos realizados pela cooperativa.”

A agente D3, respondeu:

“ Sim, através disso é possível identificar onde é necessário ocorrer mudanças e/ou melhorias e o que deve ou não ser descontinuado.”

De acordo com os respondentes, o controle interno e a gestão de riscos tem sido beneficiados pela auditoria, através dos relatórios a cooperativa tem um caminho mais fácil para identificar onde precisa de mudanças e onde pode ocorrer melhorias. A auditoria permite que se tenha maior efetividade e resultados durante os anos seguintes. C2 explica que ela também possibilita uma visão maior quando se trata de cumprimento das normas e planos de ações. Identifica-se pelas respostas que tanto o controle interno e a gestão de riscos são

beneficiados de várias formas pela auditoria e que ela traz uma segurança diante das tomadas de decisões na cooperativa.

Segundo Attie (2011) o controle interno se refere a procedimentos da organização que são adotados como planos permanentes da empresa, ele tem significado e relevância quando é concebido para garantir o cumprimento de um objetivo definido, quer seja administrativo ou gerencial.

4.3 Síntese dos resultados e discussão

Com a análise das entrevistas foi possível identificar que a auditoria interna entra na cooperativa como um suporte para que se tenha um aumento na segurança de seus processos e assim trazendo também segurança para que os gestores possam tomar decisões com um nível maior de acertos.

Quando feita de modo adequado a auditoria se torna um auxílio importante para o controle interno e a gestão de risco, ela mostra caminhos que auxiliam diversos setores da cooperativa podendo assim ter melhorias e se caso necessário mudanças. Seus relatórios que são a visão do auditor sobre a empresa, é usado mensalmente pela cooperativa, ele dá análises profundas sobre a gestão e assim mostrando se o que está sendo feito precisa de ajustes ou melhorias.

Pelas respostas obtidas fica clara a importância que a auditoria interna tem quando feita de modo efetivo e adequado, a auditoria promove um nível maior de segurança para seus processos diários e para as tomadas de decisões pois auxilia a cooperativa com indicadores e controles que indicam os riscos principais em suas operações, ela também demonstra o nível de comprometimento dos seus gestores com a cooperativa, dessa forma fazendo que as tomadas de decisões sejam mais assertivas.

5 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo geral evidenciar a importância da utilização da auditoria interna para o auxílio no processo de tomada de decisões em uma cooperativa de crédito localizada na região Centro Oeste de Minas Gerais. Para atender este objetivo o presente estudo investigou como a auditoria atua dentro da empresa, sua forma de execução e como a tomada de decisão dos seus gestores é beneficiada através da auditoria interna.

Para chegar em uma conclusão dos objetivos propostos neste estudo, foi feito um levantamento bibliográfico acerca do tema, a elaboração, aplicação e análise dos dados obtidos através de três entrevistas que foram aplicadas para o Presidente, Diretor Financeiro e a Agente de Controle Interno da cooperativa de crédito.

Em relação ao primeiro objetivo que foi identificar conceitos sobre auditoria foi feito um levantamento bibliográfico com citações de diversos autores para chegar ao entendimento sobre o que é a auditoria, como funciona e seu modo de agir dentro da empresa, assim respondendo o primeiro objetivo.

Através deste levantamento bibliográfico e também das entrevistas aplicadas para o Presidente, Diretor e a Agente de Controle interno, foi possível responder o segundo objetivo que era verificar quais as vantagens de possuir uma auditoria interna dentro da empresa. Mediante isso foi possível verificar que a auditoria interna mostra para a empresa onde pode ter melhorias e/ou onde é necessário mudanças, o quanto os gestores estão comprometidos com o funcionamento da cooperativa e estabelece planos de ação e ajustes necessários nos processos da cooperativa, dessa forma respondendo o segundo objetivo.

Em relação ao terceiro objetivo que foi descrever como a Auditoria Interna impacta no processo decisório da organização e as mudanças que ela proporciona à empresa, percebe-se que a auditoria tem como sua principal característica trazer para a empresa um nível maior de segurança diante as tomadas de decisões. Através das entrevistas aplicadas fica confirmado que para conseguir esse aumento no nível de segurança ela utiliza indicadores e controles para demonstrar riscos nas operações, controlar e monitorar processos diários da empresa. Mostrar aos gestores da cooperativa caminhos mais seguros e onde pode haver mudanças caso necessário, assim trazendo opções mais confiáveis para se tomar uma decisão seja ela de pequena ou grande importância para a cooperativa. Dessa forma respondido o terceiro objetivo.

Com base no resultado e discussão, pode-se afirmar que a utilização da auditoria na cooperativa de crédito quando executada de forma adequada pode auxiliar para que se tenha mais confiabilidade em seus processos, para melhoria da eficácia no gerenciamento de riscos,

como apoio para que o controle interno consiga maior efetividade e resultado durante os anos seguintes e assim trazendo maior nível de segurança para sua tomada de decisão, dessa forma respondendo a questão problema.

Conclui-se desta forma que para a cooperativa a auditoria interna tem um papel fundamental diante a diretoria, os gestores, controle interno e gestão de riscos, promovendo auxílio nos seus processos, identificando riscos (falhas ou erros), mostrando possíveis fragilidades e proporcionando melhorias, assim beneficiando também seus cooperados. A auditoria interna através de análises e acompanhamentos para a diretoria, traz sustentação e auxílio que geram a tal um apoio indispensável no processo de tomada de decisão da empresa.

No que tange sugestões para a Instituição Financeira sugere-se que continuem fazendo a utilização dos relatórios da auditoria interna, pois estes contribuem para que a cooperativa conclua seus objetivos e metas, protege a empresa de riscos presentes e futuros, aumenta a qualidade de seus resultados e passa para a diretoria um nível maior de segurança diante de seu processo decisório.

Como sugestões para os discentes, sugere-se uma nova pesquisa sobre outra forma de execução da auditoria, a auditoria externa, que trata das demonstrações contábeis da empresa, fazendo assim uma análise completa de seu modo de execução sendo possível identificar diferenças e as vantagens que cada uma proporciona a empresa.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Auditoria: um curso moderno e completo.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BRAGA, H. R. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BATISTA, D. G. **Manual de controle e auditoria: com ênfase na gestão de recursos públicos.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC pós-graduação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paula: Atlas, 2009.

BLATT, A. **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis.** São Paulo: MAKRON Books, 2001.

CARDOSO, R. L.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DA CONTABILIDADE. **Resolução nº 986, de 28 de novembro de 2003.** Aprova a NBC TI01 (NBC T 12) – Da Auditoria Interna. CFC, 2003. Disponível em <www.cfc.org.br>; Acesso em 05 abr. 2019.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil:** teoria e pratica.9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil:** teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CREPALDI, S.; CREPALDI, G. S. **Auditoria fiscal e tributaria.** 2. ed. São Paulo, 2019.

DIAS, S. V. S. **Auditoria de processos organizacionais:** teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FGCOOP - Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito.**Cooperativas de Crédito.**Disponível em: <<https://www.fgcoop.coop.br/cooperativas-credito>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, L. F. A. M.; GOMES, C. F. S.**Tomada de decisão gerencial:** enfoque multicritério. 5. ed.São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. **Manual de Auditoria Contábil.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; **Análise dos Balanços.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, L. S. **Auditoria**: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LINS, L. S.; FILHO, J. F. **Fundamentos e análise das demonstrações contábeis**: uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELHEM, M. G.; COSTA, R.N. **Auditoria Contábil e Tributária**. Paraná: IBPEX, 2011.

MELO, M. M.; SANTOS, I. R. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **O que é cooperativismo**. 2016. Disponível em: < <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

PADOVEZE, C. L. BENEDICTO, G. C. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo, 2011.

PEREIRA, A. D. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br>>. Acesso em 7 abr. 2019.

RIBEIRO, O. M.; COELHO, J. M. R. **Auditoria Fácil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ROSA, M. V. **Relatório de Auditoria**: a comunicação dos resultados. Portal Educação, abr. 2012. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/relatorio/11958> >. Acesso em 09 abr. 2019.

SANTOS, I. R.; MELO, M. M.; **Auditoria Contabil**. 2. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2017.

SCHMIDT, P. **Fundamentos da contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2006.

SESCOOP. **Cooperativismo**. (2014). Disponível em:
<<https://www.somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4. E ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da USFC, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista (Presidente, Diretor Financeiro e Agente de Controle Interno)

MARQUE COM UM (X) A ALTERNATIVA CORRESPONDENTE A SUA RESPOSTA

PERFIL DO RESPONDENTE

Sexo:

a) () Masculino

b) () Feminino

Idade:

a) () Acima de 18 até 30 anos

b) () Acima de 30 até 42 anos

c) () Acima de 42 anos

Escolaridade:

a) () Ensino Fundamental

b) () Ensino Médio

c) () Ensino superior

d) () Pós-Graduação

e) () Mestrado

f) () Doutorado

g) Área de formação:

Ocupação na cooperativa:

a) () Conselheiro (a)

b) () Diretor (a)

c) () Gerente

d) () Outros (as). Quais?

Tempo de trabalho na cooperativa:

a) () De 0 a 4 anos

- b) () Acima de 4 até 9 anos
- c) () Acima de 10 até 15 anos
- d) () Acima de 15 anos

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1 – A quanto tempo se faz o uso da auditoria interna na empresa ?**
- 2 – O que levou ou motivou a fazer o uso da auditoria e qual a necessidade de se implantar uma auditoria interna na empresa ?**
- 3 – De que forma a auditoria interna auxilia no processo de tomada de decisão ?**
- 4 – Como a empresa avalia o custo benefício da auditoria interna ?**
- 5 – Na sua opinião, qual a importância do relatório da auditoria no processo de gestão da cooperativa ?**
- 6 – Com que frequência o relatório da auditoria é consultado nas reuniões de gestão da cooperativa ?**
 - a) Diariamente**
 - b) Semanalmente**
 - c) Mensalmente**
 - d) Semestralmente**
 - e) Anualmente**
- 7 – Você considera que o sistema de auditoria é adequado e efetivo ?**
- 8 - O controle interno e a gestão de riscos da empresa tem sido beneficiado com a auditoria interna ? Se sim, de qual forma ?**